

Comunicação e Jornalismo: Conceitos e Tendências 2

Thaís Helena Ferreira Neto
(Organizadora)

 **Atena**
Editora

Ano 2018

Thaís Helena Ferreira Neto
(Organizadora)

Comunicação e Jornalismo:
Conceitos e Tendências 2

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Lorena Prestes

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

C741 Comunicação e jornalismo: conceitos e tendências 2 [recurso eletrônico] / Organizadora Thaís Helena Ferreira Neto. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. – (Comunicação e Jornalismo: Conceitos e Tendências; v. 2)

Formato: PDF
Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-85-7247-027-8
DOI 10.22533/at.ed.278190901

1. Comunicação social. 2. Democratização da mídia.
3. Jornalismo. I. Ferreira Neto, Thaís Helena. II. Série.

CDD 303.4833

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

DOI O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Comunicação e Jornalismo: Conceitos e Tendências” volume 2 é composta por 24 artigos que abordam temas das mais diferentes nuances da Comunicação.

Os autores dos artigos tematizam conceitos e perspectivas do jornalismo, dando enfoque às discussões pertinentes e sempre presentes, envolvendo gênero, *agenda-setting*, comunicação governamental, ambiental, assessoria de imprensa, cinema, política, democratização da mídia e construção midiática.

Alguns artigos tratam o gênero como categoria de análise, tematizando a mulher dentro do jornalismo. Estudos de gênero que abordam a questão no âmbito da causa e da estrutura.

Em sua história, a mulher busca posições e visibilidade nas diferentes escalas da sociedade, provando através de suas ações e conquistas que merece um lugar nos diferentes cenários, sejam econômicos, políticos ou sociais. A relação da mulher com o espaço público e privado define a posição ocupada por ela na sociedade e marca sua identidade de gênero ao longo do tempo.

Thaís Helena Ferreira Neto

SUMÁRIO

| | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| CAPÍTULO 1 | 8 |
| A MULHER NO JORNALISMO DO INTERIOR: RIBEIRÃO PRETO E SÃO JOSÉ DO RIO PRETO (1950-1960) | |
| Nayara Kobori Aline Ferreira Pádua | |
| DOI 10.22533/at.ed.2781909011 | |
| CAPÍTULO 2 | 20 |
| A CONSTRUÇÃO MUDIÁTICA DAS VÍTIMAS DE FEMINICÍDIO NO BRASIL: ASSASSINATOS DE MULHERES COMETIDOS POR SEUS PARCEIROS E EX-PARCEIROS | |
| Cláudia Regina Lemes Paulo Roxo Barja | |
| DOI 10.22533/at.ed.2781909012 | |
| CAPÍTULO 3 | 31 |
| A REPRESENTAÇÃO DO GÊNERO FEMININO NAS PROPAGANDAS DA CERVEJA ANTARCTICA: BAR DA BOA | |
| Wender Rodrigues de Siqueira Munique Cristina Modesto Carla Mendonça de Souza | |
| DOI 10.22533/at.ed.2781909013 | |
| CAPÍTULO 4 | 42 |
| EMPODERAMENTO FEMININO NO RAP : DUAS LETRAS | |
| Cláudia Regina Lemes Paulo Roxo Barja | |
| DOI 10.22533/at.ed.2781909014 | |
| CAPÍTULO 5 | 55 |
| OS SENTIDOS CONSTRUÍDOS SOBRE O USO DO CORPO NU FEMININO EM PERFORMANCES ATIVISTAS | |
| Márcia Bernardes | |
| DOI 10.22533/at.ed.2781909015 | |
| CAPÍTULO 6 | 66 |
| AS RELAÇÕES PÚBLICAS COMUNITÁRIAS NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA – A ONG UNA.C E AS DEMANDAS DA SAÚDE | |
| Éllida Neiva Guedes Marcelo Pereira da Silva Protásio César dos Santos | |
| DOI 10.22533/at.ed.2781909016 | |
| CAPÍTULO 7 | 81 |
| TRAGÉDIA EM MARIANA-MG EM VEJA E CARTACAPITAL: UM CONTRATO DE COMUNICAÇÃO | |
| Vinicius Suzigan Ferraz | |
| DOI 10.22533/at.ed.2781909017 | |

| | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| CAPÍTULO 8 | 94 |
| ASSESSORIA DE IMPRENSA E REPORTAGEM DE TV, TUDO A VER? | |
| BREVES REFLEXÕES SOBRE PODER SIMBÓLICO, CAMPO JORNALÍSTICO, IDENTIDADES E AGENDAMENTO | |
| Boanerges Balbino Lopes Filho | |
| Iara Marques do Nascimento | |
| Raphael Silva Souza Oliveira Carvalho | |
| Cássia Vale Lara | |
| DOI 10.22533/at.ed.2781909018 | |
| CAPÍTULO 9 | 106 |
| CARACTERIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA POPULAÇÃO IDOSA ACERCA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE EM ILPIS DA CIDADE E REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE –PE | |
| Tamires Carolina Marques Fabrício | |
| Joseana Maria Saraiva | |
| DOI 10.22533/at.ed.2781909019 | |
| CAPÍTULO 10 | 120 |
| COMUNICAÇÃO EM AMBIENTES GOVERNAMENTAIS: TERMINOLOGIAS, FERRAMENTAS E AÇÕES | |
| Pedro Augusto Farnese de Lima | |
| Ademir Antônio Veroneze Júnior | |
| Boanerges Balbino Lopes Filho | |
| DOI 10.22533/at.ed.27819090110 | |
| CAPÍTULO 11 | 132 |
| CONCEITO DE NOTÍCIA NA ERA DO JORNALISMO COLABORATIVO E COAUTORIA | |
| Adriele Cristina Rodrigues | |
| Lucia Helena Vendrusculo Possari | |
| DOI 10.22533/at.ed.27819090111 | |
| CAPÍTULO 12 | 141 |
| DO ACONTECIMENTO PÚBLICO AO ESPETÁCULO POLÍTICO-MIDIÁTICO: O IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF | |
| Andressa Costa Prates | |
| Rejane de Oliveira Pozobon | |
| DOI 10.22533/at.ed.27819090112 | |
| CAPÍTULO 13 | 152 |
| O POLITICAMENTE (IN)CORRETO NO DISCURSO JORNALÍSTICO: IMAGINÁRIO, SUBJETIVIDADE E CONSUMO | |
| Nara Lya Cabral Scabin | |
| DOI 10.22533/at.ed.27819090113 | |
| CAPÍTULO 14 | 164 |
| O ÁLBUM DE FAMÍLIA E A IMAGEM SOCIAL | |
| Aline Silva Okumura | |
| DOI 10.22533/at.ed.27819090114 | |

| | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| CAPÍTULO 15 | 173 |
| O DESIGNO DO PODER: UM ESTUDO DE CASO DA RÁDIO INTERNACIONAL VOZ DA AMÉRICA | |
| Patricia Weber | |
| DOI 10.22533/at.ed.27819090115 | |
| CAPÍTULO 16 | 186 |
| O JORNALISMO INVESTIGATIVO E ÀS MUTAÇÕES CONTEMPORÂNEAS | |
| Leoní Serpa | |
| DOI 10.22533/at.ed.27819090116 | |
| CAPÍTULO 17 | 207 |
| O MERCADO DOS BENS SIMBÓLICOS NO SANTUÁRIO DE SANTA PAULINA | |
| Maria Neusa dos Santos | |
| DOI 10.22533/at.ed.27819090117 | |
| CAPÍTULO 18 | 219 |
| A SEGUNDA TELA NO BRASIL: USOS E POSSIBILIDADES | |
| Gleice Bernardini | |
| Maria Cristina Gobbi | |
| DOI 10.22533/at.ed.27819090118 | |
| CAPÍTULO 19 | 231 |
| TELEVISÃO ABERTA, POLÍTICAS E DEMOCRATIZAÇÃO DA MÍDIA NO BRASIL | |
| Carlos Henrique Demarchi | |
| DOI 10.22533/at.ed.27819090119 | |
| CAPÍTULO 20 | 242 |
| CINEMA <i>NOIR</i> ITALIANO: O HEDONISMO E A <i>FEMME FATALE</i> EM <i>OSSESSIONE</i> | |
| Alexandre Rossato Augusti | |
| DOI 10.22533/at.ed.27819090120 | |
| CAPÍTULO 21 | 258 |
| O IMAGINÁRIO SOCIAL SOBRE A TEMÁTICA DO CRIME NO CINEMA <i>NOIR</i> E <i>NEONAIR</i> | |
| Nathalia Lopes da Silva | |
| Alexandre Rossato Augusti | |
| DOI 10.22533/at.ed.27819090121 | |
| CAPÍTULO 22 | 273 |
| PESQUISA EM FICÇÃO SERIADA: UMA PROPOSTA DE REVISÃO EPISTEMOLÓGICA BASEADA NAS PUBLICAÇÕES DA INTERCOM | |
| Raquel Lobão Evangelista | |
| DOI 10.22533/at.ed.27819090122 | |
| CAPÍTULO 23 | 286 |
| QUESTÕES DE AUTORIA, SUBALTERNIDADE E OUTRAMENTO NA MÚSICA BEIJINHO NO OMBRO | |
| Juliana Figueiró Ramiro | |
| Renata Santos de Morales | |
| DOI 10.22533/at.ed.27819090123 | |

CAPÍTULO 24 300

THE LAST REMAINING LIGHT: O SUICÍDIO DE CHRIS CORNELL ATRAVÉS DA ÓTICA DO FAIT
DIVERS

Arthur Freire Simões Pires

Fábio Cruz

DOI 10.22533/at.ed.27819090124

SOBRE A ORGANIZADORA..... 314

O JORNALISMO INVESTIGATIVO E ÀS MUTAÇÕES CONTEMPORÂNEAS

Leoní Serpa

Doutoranda UFP/Porto, Portugal. Jornalista e professora.

RESUMO: Estudar o Jornalismo Investigativo tem sido muito mais um debruçar-se para aumentar a compreensão sobre a profissão, e nossa inquietude é estimulada diante dos profundos registros profissionais a partir da experiência jornalística na prática. Desde então temos aprendido que a temática do Jornalismo Investigativo é atual, urgente e necessária. É um desafio que se apregoa diante das transformações tecnológicas por que passa o jornalismo, num fazer cada vez mais instantâneo e com mudanças profissionais. Nesse aspecto, o Jornalismo Investigativo tem papel ético e técnico de elucidar fatos e mostrar mazelas sociais, políticas, econômicas e conjunturais numa sociedade em transformação, exercendo um jornalismo comprometido com os interesses de elevação social e democrática. Debates aqui casos que ilustram a falta de apuração e também casos que evidenciam investigação. Através dos depoimentos de jornalistas investigativos procuramos formular, minimamente, uma conceituação dessa praxe, discutindo-se principalmente as consequências das ações indenizatórias para as empresas

jornalísticas e as mazelas do jornalismo local e regional.

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo Investigativo. Mídia regional. Desafios jornalísticos. Democracia.

ABSTRACT: The studies of investigative journalism have been much of an intuitive look at the profession in order to know it for what it is becoming. Our concerns are not detracting so far due to the deep narratives of professionals in their practice of such journalism, which makes us acknowledge the métier as an even more current and urgent subject. By the force of technological breakthroughs and more instantaneous forms of communication, the ethical and technical roles of investigative journalism are now bound to the elucidation of social facts and events with a strict engagement to their progress, beyond their potential structuralities, and a major commitment to the social interests of democratic elevation. In an attempt to understand such scenario, this paper brings some cases to discussion in order to illustrate the achievements and lacks of investigation from a Brazilian standpoint. Through the narratives of investigative journalists we try to draw an initial conceptualization of those processes and trails using as our empirical concrete the consequences of indemnity lawsuits in

journalistic companies and the troubles in local and regional contexts of journalism.

KEYWORDS: Investigative journalism. Regional media. Journalistic challenges. Democracy.

1 | NA SOMBRA DA HISTÓRIA AS RESPOSTAS E AS DEFINIÇÕES

A proposta desenha neste capítulo experiências jornalísticas acertivas, mas também aquelas incoerentes ao seu propósito maior: informar e contar verdadeiras histórias. Acima de tudo almeja debater desafios que situam o exercício do jornalismo investigativo no patamar das atividades profissionais indispensáveis. Refere-se às práticas de uma profissão que ao clamar por reinvenção, firma-se ainda mais como urgente e necessária às sociedades atuais, cada vez mais ameaçadas pelos fanatismos e extremismos de toda ordem. Por sociedades cuja liberdade de informação e de imprensa extremassem diante de saudosismos autoritários e antidemocráticos. Assim, refletir sobre conceitos e fazeres da atividade jornalística é acima de tudo permitir ecoar a liberdade de pensamento e de exercício profissional desta atividade considerada vital para a democracia.

O presente texto foi publicado primeiramente no II Seminário de Pesquisa em Jornalismo Investigativo, realizado em São Paulo, entre 2 e 4 de julho de 2015 e faz parte dos anais daquele congresso. Elucida-se ainda que há outros dados e reflexões sobre esta pesquisa e podem ser acessados no capítulo do livro *Coleção Comunicação em Cena*, VI.2: ((SERPA, 2013): “O desafio da Apuração e da Investigação Jornalística em tempos de Comunicação instantânea”, págs. 105-147. No presente texto apresentamos uma contextualização, novos dados e um panorama da atividade jornalística.

Ao debater o jornalismo investigativo na contemporaneidade e a relevância para o fazer jornalístico percebe-se imenso desafio em ensinar e praticar efetivamente as técnicas e os princípios éticos jornalísticos no contexto atual. Definí-lo também se constitui em desafio e, para tanto, a fim de que a compreensão não se perca do cerne do seu fazer, partimos da história do jornalismo para entender a essência das suas práticas e a partir de então analisamos a evolução da prática desde a automação das redações; os mecanismos de “adestramento” e “filtros” profissionais que dificultam a apuração dos fatos, até a realidade repentina, instantânea com qual convive hoje a profissão, submetida aos ditames tecnológicos, de mercado e ideológicos.

Encontramos, para uma melhor compreensão da efetiva prática do Jornalismo Investigativo, funcionalidade e papel social, como apontado no estudo do professor Jorge Pedro Sousa (2008), com a proposta de periodização da história do jornalismo ocidental, a classificação do período em que o jornalismo investigativo ganha notoriedade social. Em *Uma história breve do jornalismo no Ocidente* ele destaca nove pontos que ajudam a entender as transformações jornalísticas em cada contexto social. Classifica as fases do jornalismo e coloca o Investigativo no sétimo ponto:

7. Época de **diversidade e experimentalismo**, a partir dos anos Sessenta do Século XX, retardada em países ocidentais sujeitos a ditaduras. Surge o novo “Novo Jornalismo”, o “Jornalismo de Precisão” e outras correntes que simbolizam uma retoma do jornalismo de investigação. O Novo Jornalismo contrapõe a assunção da subjectividade, sem exclusão do rigor, à objectividade como método. Surgem os meios digitais de produção e difusão de informação. As tecnologias fazem ganhar tempo, permitem o aparecimento dos jornais “pós-televisivos” e geram preocupações relacionadas, por exemplo, com as possibilidades de alteração digital das fotografias jornalísticas. (SOUSA, 2008. p. 267)

Para Jorge Pedro Sousa “Joseph Pulitzer pode ser considerado o principal progenitor dessa segunda geração de jornais populares”, com novas necessidades, mais pública com novas ideias, um ‘Novo Jornalismo’ implementado pelo *The World* e superável em número de negócios. Explica o autor que a partir do “Jornalismo de investigação e denúncia – os jornais começaram a trazer à luz do dia casos de corrupção e outros escândalos, por vezes devido à investigação jornalística, outras vezes devido, simplesmente, à denúncia com fins políticos” (SOUSA, 2008, pág. 146). A retomada desse jornalismo mais combativo é prática de aproximadamente 55 anos para cá, como exemplifica SOUSA, 2008:

Os anos sessenta também foram importantes pela retoma do **jornalismo de investigação**, cuja tradição andava arredada do quotidiano das redacções americanas desde o final do século XIX e princípio do século XX. Foram vários os trabalhos de investigação de iniciativa jornalística, sobre temas relevantes, que expuseram conspirações e dados ocultos, sendo o mais importante o já referido caso Watergate (1972-1974), que conduziu à resignação do Presidente norte-americano Richard Nixon, em 1974. Dois jovens jornalistas do *Washington Post*, Carl Bernstein e Bob Woodward, investigaram aquilo que parecia um banal assalto à sede do Partido Democrático, no edifício Watergate, em Washington, tendo, em dois anos de investigação, conseguido descobrir que, afinal, o “assalto” se tratava de uma missão de “espionagem” dos Republicanos, provavelmente conhecida ou mesmo ordenada pelo próprio Presidente Nixon. (P. 191).

No limiar do novo século, dezoito anos se passaram, porém não passaram as nossas inquietudes sobre o exercício profissional do jornalismo, ao contrário, tem aumentado. O jornalismo contemporâneo vive uma das fases mais competitivas da sua história, especialmente no impresso. Convive intensamente com padrões tecnológicos ágeis, decisivo e desafiador na produção de conteúdos, e estes devem ser cada vez mais elaborados e precisos. Por isso, não considerar a apuração, as técnicas e práticas eficazes na produção dos conteúdos resulta em dispensar a qualidade da maior parte das matérias. Nesse contexto Rossi (1980) ressalta que o “mito da objetividade” ainda tem sido “um dos principais parâmetros na linha editorial dos principais veículos de comunicação do país” (ROSSI, 1980, p.11), no entanto, a afirmativa sobre a qualidade, calcada apenas na padronização das redacções com normas, estilos, não garante por si, a originalidade e eficacias das informações veiculadas:

Jornalismo, independentemente de qualquer definição académica, é uma fascinante batalha pela conquista das mentes e corações de seus alvos: leitores, telespectadores ou ouvintes. Uma batalha geralmente sutil e que usa uma arma de aparência extremamente inofensiva: a palavra (ROSSI, 1980, p. 7).

As discussões sobre objetividade, verdade e ética no jornalismo continuam na pauta do dia. Longe de ter a pretensão de definir jornalismo como a suprema verdade, o presente ensaio lançou olhar sobre as diferentes variantes de “verdades”, o que na prática requer um esforço contínuo. Rui Barbosa dizia que a imprensa tem o dever de informar a verdade, sendo o olhar da nação e por onde se acompanha o que passa longe e perto: “Um país de imprensa degenerada ou degenerescente é, portanto, um país cego [...], um país de ideias falsas e sentimentos pervertidos” (BARBOSA, 1990).

1.2 Novos e velhos dilemas em ação

Ao compreender o jornalismo como um processo que se articula nas relações periódicas e oportunas, formais e coletivas, o fazer jornalístico deve estar longe de agradar a governos, anunciantes e poderes constituídos (PIEDRAHITA, 1993). Acima de tudo colocar-se a serviço do cidadão e dos leitores, ouvintes, telespectadores e internautas. Historicamente o jornalismo passou e passa por muitas etapas, inclusive a de “adulador permanente se vê assombrado num mundo em que graças à tecnologia, predomina a comunicação, mas falta a informação” (PIEDRAHITA, 1993, p. 24).

Para o autor a atual informação adquiriu ares arquimedianos, de tal forma que absorvê-la passa a ser uma necessidade tão importante quanto a de comer, dormir. Se a informação é importante, mais valiosos ainda são os meios de divulgá-las. O jornalismo deixou de estar “primordialmente a serviço da sociedade e rendeu-se com armas e bagagens ao poder público” (PIEDRAHITA, 1993).

O primeiro desafio reside aqui: garantir a independência informativa. Papel que para muitos autores terá que vir da sociedade através de instrumentos democráticos que apontem para o pluralismo informativo, e através de jornalistas com ponderação, paciência e discernimento em explicar o que realmente acontece na sociedade para a sociedade. Dentre as práticas sucedidas existentes atualmente estão agências de apuração de notícias e até consórcios de jornalistas, numa tentativa de unir forças de trabalho, em prol de apurações que vão além das fronteiras prestabelecidas, por isso, são chamadas de transnacionais. Dentre os quais: *International Consortium of Investigative Journalists* (<https://www.icij.org/>). De onde está centrada “uma rede global de mais de 200 jornalistas investigativos em 70 países que colaboram em reportagens investigativas aprofundadas”.

O Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos atua no Brasil e por aqui nos últimos anos acompanhou-se *The Panama Papers*, uma exaustiva investigação que expõem uma verdadeira indústria financeira desonesta. Veem sendo apurados casos de um sistema que envolve irregularidades, crimes, corrupção e empresas secretas. Tudo começa com os casos *LuxLeaks* e *SwissLeaks*, assim o ICIJ - Consórcio Internacional de Jornalistas de Investigação ocupou-se de desvendar uma gigantesca gama de 11,5 milhões de documentos que pertenciam a firma de advogados Mossack Fonseca, sediada no Panamá. A partir da exaustiva investigação *offshore Leaks* e

Swiss Leaks trouxe-se atona um complexo esquema *fiscal paradise* que envolve empresas e pessoas em diversos locais do mundo.

Notadamente vem alcançando êxito a Agência Pública, criada em 2011 no Brasil e pioneira na proposta de jornalismo de investigação pautado no interesse público e com independência financeira para fazer frente a sua autonomia editorial. O que pode ser acessado em: (<https://apublica.org/>). A Agência assim se define: “Fundada em 2011 por repórteres mulheres, (...). Com reportagens de fôlego, pautadas pelo interesse público, nossas matérias foram republicadas no ano passado por mais de 700 veículos de comunicação sob a licença Creative Commons”. A agência tem ocupado-se também no combate a investigação e checagem de notícias falsas, as chamadas *fake news*, e imprecisão informativa, especialmente por agentes públicos. O *Truco* é o projeto de fact-checking da Agência Pública (<https://apublica.org/checagem/>). A própria, em seu site descreve o que apura: “Verificamos falas, correntes e informações em circulação na internet ou em redes sociais para saber se são verdadeiras ou não”. Assegura-se que com isso “aprimorar o discurso público e a democracia, tornando políticos e personalidades públicas mais responsáveis por suas declarações”.

1.3 Caminhos percorridos para constatações

O estudo em questão tem por base a compreensão da trajetória do fazer jornalístico, permeado por uma essência profissional que considera altruisticamente o jornalismo no papel disseminador de valores sociais, éticos, justos, culturais, solidários, democráticos, inclusivos, transformador, dentre outros. Apresentar pontos de vista divergentes e refutar posições absolutas tem sido fundamental para uma informação com variedades de posicionamentos e versões inclusivas. Nesse conjunto pluralista de variantes e fatos é que se compreendem melhor os mecanismos da apuração e da aproximação com a veracidade informativa. Ou seja, é uma constante busca por uma verdade que talvez nunca se assente à superfície e consiga evidenciar-se plenamente no real, porém na prática há um esforço destemido que alguns profissionais insistem em persistir, movidos pela força de um ofício que teima em existir em meio a um mundo cada vez mais contraditório, irreal, caótico e efêmero.

Ressalta-se que a veracidade de uma notícia pode estar ancorada na pluralidade de versões e que certificar-la *in loco* é uma das mais antigas práticas do jornalismo; que as modificações nas formas de fazer jornalismo vão se extinguindo, se moldando ou se transformando, uma mutação que segue o passar dos tempos e as transformações sociais, mas que jamais deverá perder a sua finalidade primeira que é informar com boas histórias.

Procuramos estudar o jornalismo investigativo por definições de autores do campo e por depoimentos de jornalistas que estão na prática profissional. Clóvis Rossi, como fonte bibliográfica e oral, contribui para o entendimento do conceito sobre

“jornalismo de qualidade”. Jornalistas como Carlos Wagner (2000), Lucas Figueiredo (2000) e Domingos Meireles (2000), que à época desta pesquisa (em 2000) atuavam como jornalistas investigativos, manifestaram em depoimentos suas impressões sobre a atividade. Devido à escassa bibliografia específica, nos valem também de questionários e entrevistas, semiestruturadas e estruturadas, colhidas também com profissionais responsáveis pelas edições dos veículos que pesquisamos.

A análise considerou procedimentos utilizados na normatização dos métodos redacionais, ponderando tais práticas como formas de “adestrar” e “filtrar” a prática jornalística, submetendo-a a um processo industrial que em muitos casos não possibilita a fluidez das controvérsias, não resulta no detalhamento minucioso dos dados e no empenho na apuração. As desculpas modernas da “pressa” e da “objetividade”, dos poucos recursos financeiros e de interesses, sejam políticos ou econômicos, constituem-se em empecilhos para a fluência do Jornalismo Investigativo, especialmente veículos de comunicação de pequeno e médio porte. Leitor, ouvinte, internauta ou telespectador não tem mais dificuldades em constatar quando uma informação é apurada e de qualidade. Tal validade estará explicitada no tratamento e na linguagem dada à notícia, como ensina Lage:

Não basta ser verdadeiro; é preciso parecer. Daí a aversão a referências imprecisas. Não se escreve “alguns manifestantes” mas, sempre que possível, “10, 12 ou 15 manifestantes”. Não se diz que uma vila está “perto” de uma cidade; antes, procura-se informar qual a distância em quilômetros ou tempo de viagem. A placa do carro, a hora exata do desastre, o número de desabrigados pela enchente cumprem, no veículo de massa, um *efeito de realidade*. (LAGE, 2006, p. 27).

Ainda persistem escassez de publicações e pesquisas que considerem especificamente do Jornalismo Investigativo. Dentre as fontes bibliográficas há conceituações encontradas em autores brasileiros, a partir das obras de três jornalistas: Fortes (2005), Sequeira (2005) e Argolo (2004), que abordam os sentidos das experiências e reflexões sobre a atividade.

Argolo (2004) define o jornalismo como arte e como técnica. Entende que o jornalismo “decorre de uma ampla interação com outros campos do conhecimento, que, somados formam um gigantesco rolo compresso” (p. 14). Destaca que “o jornalismo de qualidade resultará, sempre, da investigação criteriosa de cada fato” (p. 28). Considera a investigação jornalística como impulsionadora da história e da política nacionais e cita como exemplo: o “escândalo da espionagem eletrônica praticada no interior do Edifício Watergate” [...] “O resultado destas e outras ações adiante assinaladas foi o impeachment de Fernando Collor e o seu afastamento da vida pública por dez anos” (p. 28-29).

Jornalismo Investigativo é definido por Sequeira como uma categoria jornalística, calcada nas experiências práticas:

[...] embora qualquer prática jornalística pressuponha alguma investigação, há uma categoria que se diferencia de outras – pelo processo de trabalho do profissional e métodos de pesquisa e estratégias operacionais –, definida como jornalismo

investigativo. É necessário esclarecer também que, embora todas as matérias veiculadas no jornalismo impresso sejam editadas como produtos de investigação do profissional que as assina ou da equipe de reportagem do veículo que as publica, isso nem sempre acontece, apesar de esse fato passar despercebido ao leitor comum. (SEQUEIRA, 2005, p. 15)

A autora atribui ainda conceito de “jornalismo investigativo como prestador de serviços à sociedade” (p. 61), e entende que existe uma diferença conceitual que separa o investigativo das outras categorias jornalísticas. Reforça:

Assim como o interpretativo, o jornalismo investigativo é uma categoria que emergiu com a transformação das empresas jornalísticas em indústrias da comunicação, quando o leitor/consumidor passa a ser o fim e o objetivo do produto jornal. É quando a reportagem ganha, então, novo sentido, passando a conter os seguintes elementos: uma dimensão comparada, a remissão ao passado, a interligação entre outros fatos (contexto) e a incorporação do fato a uma tendência e sua projeção para o futuro. (SEQUEIRA, 2005, p. 61-62).

Fortes (2005, p. 9) entende que a “investigação jornalística deixou de ser um simples preceito para se transformar, graças à modernidade, em uma área de crescente especialização”. Entende que é preciso libertar-se da concepção simplista, porém verdadeira, de que todo o jornalismo é investigativo. Acredita que o jornalismo investigativo “virou um nicho, uma marca e um símbolo de *status* dentro do jornalismo brasileiro”, e complementa:

O jornalismo investigativo, ao contrário das subespecializações que decorreram das editorias tradicionais, acabou por se sobrepôr a todas elas, ditando normas, criando procedimentos, gerando castas e, principalmente, virando sinônimo de sucesso profissional. (FORTES, 2005, p. 30)

É salutar destacar que desde 2002 no Brasil encontra-se instalado uma entidade dedicada ao estudo e o debate sobre o tema jornalismo investigativo, na Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo, Abraji (<http://www.abraji.org.br>). Criada e mantida por um grupo de profissionais, sem fins lucrativos, apartidária, interessada na troca de experiências, especialmente sobre reportagens investigativas. Além do fórum de debates a Abraji promove congressos, seminários, oficinas especializadas e cursos de aperfeiçoamento dos jornalistas que se dedicam a causa do jornalismo investigativo. Segundo site da entidade, até 2010 havia dois mil sócios “e mais 4 mil jornalistas treinados em seus cursos, seminários e oficinas”. A amplitude comunicativa da entidade com os jornalistas atingiu no ano passado “mais de 24 mil seguidores no Facebook, ante 9,5 mil que tinha em dezembro de 2015. Posts sobre o congresso anual tiveram visualização média de 40 mil usuários e motivaram boa parte dos novos seguidores” (Relatório ABRAJI, 2016-2017).

Na concepção da entidade a expressão “jornalismo investigativo” é “usada como sinônimo de jornalismo responsável, informações bem apuradas, com todos os lados ouvidos. Em resumo, reportagens que abordem de maneira extensiva um determinado assunto” (ABRAJI, 2015).

2 | O SIGNIFICADO VEM DAQUELES QUE “PÕEM A MÃO NA MASSA”

Nossa experiência em 17 anos no exercício prático do jornalismo em veículos Impreso, TV e Rádio, em mídia regional, de interior - (*Entende-se por: por mídia de interior, mídia regional ou mídia interiorana, aquela feita fora dos grandes centros urbanos. Fora das regiões onde se localizam os conglomerados midiáticos. Onde o exercício do jornalismo ainda é muito artesanal. As tiragens dos jornais são baixas e amplitude midiática é menor*); – deixou-nos como consequência uma inquietude e até hoje nos impulsiona a procura por respostas. Esquadrinhar uma compreensão das práticas jornalísticas adotadas por profissionais e empresas, na perspectiva do exercício do Jornalismo Investigativo é dar vazão a essa inquietude que se converte em objetivos no presente artigo.

Desta forma, em pesquisa principiada em 2000, cujos resultados foram publicados em (Scortecci, 2013) e (Abraji 2015); colhemos as definições e conceitos de Jornalismo Investigativo pelo “olhar” de quem o exerce na prática. Trata-se de uma difícil tarefa para quem pratica jornalismo, ao mesmo tempo em que se dispõe a conceituar e estudar o jornalismo, em razão, principalmente, da escassa bibliografia e por procurarmos trazer para uma contextualização mais próxima do contemporâneo e daquilo que vem acontecendo na praxe. Foi preciso delimitar e fixar-se no entendimento de um jornalismo “ideal”, defendido pelos manuais, profissionais e editores. Também por uma definição técnica-teórica em que o Jornalismo Investigativo pode ser entendido como uma atividade, um fazer que não pode abdicar das suas consagradas técnicas, desde os gêneros jornalísticos, como a notícia, a entrevista e a reportagem. Empiricamente observamos que é na reportagem e na entrevista que melhor se evidenciam a materialização das investigações jornalísticas, especialmente nas reportagens investigativas.

Na classificação de gêneros jornalísticos de dois autores brasileiros deste campo, José Marques de Melo e Luiz Beltrão, o Jornalismo Investigativo não é definido de forma explícita. Beltrão classifica o Jornalismo Interpretativo e incorpora na reportagem em profundidade uma aproximação ao investigativo, visto que se utiliza também da interpretação e da reportagem em profundidade (MELO, ASSIS, 2010; BELTRÃO, 1980).

Em 2000 ouvimos quatro jornalistas brasileiros das regiões Sul e Sudeste do país como forma de possibilitar conceituar melhor o jornalismo investigativo pelo ponto de vista de quem exerce a profissão. Através de seus depoimentos constatamos que as empresas jornalísticas de maior alcance criaram uma espécie de nicho especial, onde colocam o Jornalismo Investigativo no espaço de *reportagem especial* e contam para isso, com grupos de *repórteres especiais*. O que confirma pelo depoimento em entrevista online a esta pesquisadora em agosto de 2000, o jornalista da Folha de São Paulo, Clóvis Rossi:

No fundo, jornalismo é sempre investigativo. Portanto, qualquer definição clássica

de jornalismo serviria também para definir jornalismo investigativo. Mas, como se criou uma espécie de nicho específico, diria que jornalismo investigativo é um trabalho de mais fôlego, que demanda por isso mais tempo e expõe feridas da sociedade (quase sempre do poder público) que estavam mais ou menos encobertas. (ROSSI, 2000).

Investigar fatos e apurar notícias, afora os entraves que circunscrevem a profissão, depende muito do jornalista se propor a correr riscos. Exatamente junto àqueles que estão diante do “fogo cruzado” que procuramos obter argumentos para conceituar esse fazer. O jornalista gaúcho Carlos Wagner (Entrevista online em 14.9.2000), que dedicou mais de 30 anos à atividade de repórter investigativo, principalmente no *Jornal Zero Hora*, no Rio Grande do Sul, assim define o Jornalismo Investigativo:

Como a alma do jornalismo. Certa vez, eu ouvi a seguinte frase de um cara lá na divisa do Mato Grosso com o Pará, nestes fins de mundo. Disse: “é mais fácil um ser humano se tornar um repórter do que um repórter se tornar um ser humano”. O cara tem razão. Além disso, a investigação é combustível que alimenta o cotidiano dos repórteres. Depois que começamos, nunca mais paramos. (WAGNER, 2000).

Wagner atribui ao Jornalismo Investigativo um valor educativo. “Acredito que o jornal educa os leitores publicando denúncias. As denúncias geralmente nascem nas investigações”. O trabalho com a *reportagem investigativa*, realizado por Carlos Wagner e outros jornalistas brasileiros é visto como ousadia, desde o levantamento das informações, até a divulgação.

Nesse aspecto dois fatores estão presentes no exercício jornalístico: o risco e a setorização, especialmente no espaço da “reportagem investigativa especial” uma prática quase inexistente na maioria dos veículos brasileiros, especialmente nos de médios e de pequeno porte. A preocupação vem do jornalista Domingos Meirelles (Entrevista online em 25.10.2000), que atuou na Rede Globo, na Última Hora, Realidade, Jornal da Tarde e na Rede Record, avalia o jornalismo investigativo atual como uma espécie em extinção. Entre as causas, Meirelles cita o processo de globalização e a diversificação do capital das empresas de comunicação, enfraquecendo, dessa forma, um jornalismo mais atuante e combatente. Ele reforça:

À medida que a empresa jornalística se torna um grupo econômico, os repórteres e jornalistas investigativos passam a andar na contramão desses interesses e se tornam um problema para a empresa jornalística. Por isso, é melhor não tê-los. A mídia e a historiografia oficial servem e fazem pactos com os que dominam. Dão sustentação e legitimidade ao poder e à ordem constituída da sociedade como ela está (MEIRELLES, 2000).

Ao divulgar as mazelas sociais o repórter investigativo passa a andar na contramão dos interesses. Para ilustrar tais posicionamentos, (Meirelles, 2000) evoca uma frase do jornalista Carlos Wagner: “Wagner tem dito que o jornalista investigativo tem que ser um conspirador, porque todos conspiram contra ele, até mesmo na própria redação”. Atividade desafiadora para o jornalista que investiga muitas vezes é encontrar aptidão, ter habilidades de vencer resistências internas para ter o seu material publicado.

Pelo fato de o Jornalismo Investigativo ter se colocado na posição de “especial”

em muitas redações, deve-se também a fatores econômicos. Por se tratar de uma atividade que demanda muitos recursos em virtude das viagens dos repórteres e por vezes vão atrás do nada, pois nem toda investigação resulta em notícia ou reportagem publicada. Também por que, no trabalho de investigação, muitas hipóteses podem não ser confirmadas, ou ainda pode ser que as informações que estão sendo apuradas ganhem novos rumos. Além disso, é um trabalho jornalístico que demanda tempo, porque precisa ser metucioso na apuração. Como explica o jornalista Lucas Figueiredo, (entrevista pessoalmente em agosto de 2000):

Na verdade, é porque você acaba investigando situações complexas que vão desde um desvio de dinheiro até, por exemplo, a prostituição infantil. Você não faz uma boa matéria sobre prostituição infantil, com um dia de apuração. Você precisa descobrir quem são as crianças exploradas, quem explora, qual é a organização, como ela trabalha, como ela funciona. Isso tudo demanda tempo, dinheiro, paciência e risco. Então, tem que ser muito bem cuidada a atividade investigativa. O resultado é oferecer para o público um trabalho mais aprofundado de revelar casos importantes, sociais, políticos, econômicos. (FIGUEIREDO, 2000).

Na história da mídia no Brasil encontramos evidências de que a investigação jornalística também acontecia na imprensa alternativa. Meirelles, por exemplo, lembra-se da imprensa alternativa e atribui a ela o exercício pleno do jornalismo investigativo. “Foi um jornalismo que enfrentou a censura dos jornais, tais como: ‘Movimento’ e ‘Opinião’, eram editados no Rio de Janeiro e em São Paulo” (MEIRELLES, 2000). “Eles denunciavam a corrupção e as violências praticadas pela ditadura militar com os presos políticos” (Idem). Na opinião do jornalista é possível burlar cerceamentos e praticar investigação quando se exerce um jornalismo de oposição aos interesses que não são o da maioria.

Outra realidade evidenciada pelos profissionais nesta pesquisa demonstra que a investigação é promovida quando empresas de comunicação tem interesse direto no desvendamento dos fatos. Encontramos entendimento no depoimento do jornalista Lucas Figueiredo (2000), autor do livro *Morcegos Negros* - resultado de um trabalho de investigação de quatro anos sobre o caso PC Farias, Collor e a ligação com a máfia, ainda quando era repórter no Jornal Folha de São Paulo, examina da seguinte forma:

O jornalismo investigativo está muito desenvolvido no Brasil. Existem ótimos repórteres investigativos no país inteiro, praticamente. O que falta é o interesse das empresas jornalísticas de investir em jornalismo investigativo, que é caro, que tem que ter paciência porque nem sempre você consegue chegar às histórias. Às vezes, você investiga aí e não chega a história nenhuma. As empresas precisam gastar muito dinheiro e o repórter fica por conta, investigando casos, muitas vezes, por muito tempo, sem publicar nada. O que precisa haver é um interesse maior das empresas em fazer jornalismo investigativo. Então, eu acho que por parte dos profissionais está muito desenvolvida, por parte das empresas muito pouco. (FIGUEIREDO, 2000).

Figueiredo também atribui ao repórter investigativo o atributo da paciência, princípio básico, diz ele, para elucidar e escavar episódios encobertos:

Porque você pegar uma pista aqui, outra ali e ouvir alguma coisa, ir atrás, conseguir

confirmar é entrar num jogo de paciência. Para levantar todas essas histórias sobre PC, Collor e a máfia (que estão no livro *Morcegos Negros*) e chegar até o documento, levou muito tempo. Por exemplo, eu soube em 1996 que havia documentos na Itália que falavam alguma coisa sobre o dinheiro do PC. Eu demorei três meses para descobrir que documentos eram esses. Que eles, na verdade, mostravam que o PC havia recebido 2 milhões e 100 mil dólares de um mafioso, [...] até eu descobrir onde estavam esses documentos e ir para a Itália. Depois disso, mais outro tempo para convencer as pessoas a me darem cópias desses documentos, porque todos eles eram sigilosos. Então, é um trabalho de muita paciência e tudo no jornalismo investigativo deve ser comprovado. O jornalista não pode ter a pretensão de mudar o mundo. Tem que contar o fato. O jornalismo tem que contar muito bem uma história (Idem).

Ao exame desses depoimentos e conceitos pesquisados, percebe-se que o jornalismo investigativo mesmo não definido como um gênero jornalístico, por boa parte dos teóricos, pertence a uma categoria, com técnicas, bases que ajudam a validar informações, credibilizar notícias, trazendo qualidade, especialmente na grande reportagem. Trata-se de uma baliza norteadora que diferencia as notícias bem apuradas, eficazes e de qualidade oferecidas pela mídia.

Acredita-se que ao investigar corretamente os fatos, no exercício do jornalismo, contribui-se muito com a melhoria da sociedade, da vida de um país, de uma região, cidade. Há comprovações que evidenciam melhorias e mudanças. Nesse sentido é sempre ilustrativo o clássico *Caso Watergate*, que aconteceu nos Estados Unidos na década de 1970 e que ajudou a levar o presidente Richard Nixon a renúncia em 1974, frente a muitos fatos encobertos, que o jornalismo não ousa desvendar. Kotscho (1995, p. 34-35) ressalta:

O exemplo mais pronto e acabado deste tipo de trabalho é o célebre escândalo de Watergate, quando dois repórteres do Washington Post – Bob Woodward e Carl Bernstein – levaram, com suas matérias, o presidente Richard Nixon à renúncia. Carl Bernstein era um repórter de “geral” do Post e, a partir de algumas denúncias que o jornal recebeu, começou a checar as informações com várias fontes, até ligar o caso de um arrombamento no escritório do Partido Democrata instalado no edifício Watergate a importantes figuras da Casa Branca, chegando, finalmente, ao Presidente. Sua luta se travava – como em qualquer relação em qualquer época – em duas frentes: levantar as informações e convencer seus superiores e publicá-las.

Na contramão do Caso Watergate, no Brasil ficará para sempre como exemplo ilustrativo da falta de investigação e apuração das notícias o *Caso Escola Base*, ocorrido em 1994, no bairro Aclimação, Zona Sul, em São Paulo, que ganhou os meios de comunicação do país. Fato que está documentado no livro de Alex Ribeiro, *Caso escola Base – os abusos da imprensa* (RIBEIRO, 1995), em que o autor reconstituiu o caso com as versões dos envolvidos, com exceção das mães que fizeram as acusações por não terem aceitado se manifestar.

Assim, a história da mídia tem registrado casos ilustrativos que envolvem questões de falta de apuração e ética jornalística. Que vão desde a imprecisão jornalística até o desrespeito às fontes, como o que foi discutido no livro: *O jornalista e o assassino*, de Janet Malcolm (1993). A autora atribui ao jornalista toda a responsabilidade ética

de divulgar uma notícia, porque, segundo ela, o que vai determinar se uma matéria está ou não dentro de padrões éticos será o comportamento do jornalista com o seu entrevistado.

3 | CENÁRIOS E DESAFIOS INVESTIGATIVOS

Nosso primeiro estudo qualitativo e quantitativo sobre a temática iniciou em 2000, quando analisamos uma amostragem de edições impressas, colhidas no período de 5 a 10 de agosto de 2000, veiculadas nos jornais de alcance local: - Passo Fundo, RS - *O Nacional*; de alcance nacional - *Folha de São Paulo*; de alcance estadual: - *Jornal Zero Hora*. Foram analisadas cinco edições publicadas nestes diários e assim, chegamos a constatação de que o jornalismo investigativo tem sobrevivido ao tempo, mesmo que em alguns casos esteja mutilado, em outros expansivo pela força de vontade de profissionais jornalistas em fazer acontecer sua profissão, principalmente nos jornais de circulação nacional. Constatamos ainda que a investigação é inexistente em veículos de circulação regional e local, deixam lacunas no exercício do jornalismo nestas comunidades.

Tema esse que ainda requer mais aprofundamento e detalhamento, principalmente na realidade em que hoje nos encontramos, cuja prática jornalística no interior do país ainda acontece mais pelas rádios e sites noticiosos – e mesmo assim, não é uma realidade interiorana de todo o país - exigindo-se um debruçar sobre, para melhor compreender o fazer jornalístico nestas regiões, suas deficiências, ausências e necessidades.

Realidade essa que carece ainda de veículos noticiosos, como concluiu o primeiro relatório do *Atlas da Notícia 2017* (<https://www.atlas.jor.br/>), elaborado pelo Projor – Instituto para o Desenvolvimento do Jornalismo, em parceria com a *Volt Data Lab*, e divulgado por diversos órgãos ligados à imprensa brasileira, como Observatório da Imprensa e a Abraji.

O *Atlas da Notícia* fez um “levantamento inédito com base em jornalismo de dados sobre a presença ou ausência da imprensa em todo o território nacional”. A partir deste levantamento foi possível escrutinar que “70 milhões de pessoas vivem em um “deserto de notícias” quando se trata de noticiário local”, constata o relatório. Deste número, “50 milhões de brasileiros (cerca de 25% da população) vivem em cidades onde não há presença registrada de emissoras de rádio nem de televisão, dois veículos que possuem uma penetração muito significativa no interior do país”. O deserto de notícias – onde não há nenhum veículo de jornalismo - é constatado especialmente naquelas cidades onde o IDH – Índice de Desenvolvimento Humano – é baixo. O Atlas prossegue em sua segunda etapa neste ano, porém até aqui foi possível levantar a realidade de 5.354 veículos, entre jornais impressos e sites, das 1.125 cidades do país. É o mapa de “um universo que compreende aproximadamente 130 milhões de pessoas, mais de 60% da população brasileira”.

Para os autores do Atlas, a ferramenta desse levantamento auxilia no olhar para aquelas comunidades carentes de jornalismo no Brasil. Os dados apontam, nesta primeira etapa que aproximados 35% da população do país, vivem “nos chamados desertos de notícias”. Em outras palavras, são centenas de brasileiros sem a possibilidade de debater e se informar sobre a vida da sua comunidade, sobre a atuação dos poderes constituídos, da política, da econômica e até mesmo das atividades esportivas de sua localidade. Lugares onde a produção jornalística não registra a história e nem contribui para a capacidade de reflexão e decisão de seus moradores.

É plausível observar ainda que quando os veículos noticiosos estão instalados nestas comunidades interioranas, nem sempre há a garantia de que as informações que chegam ao público são investigadas, escrutinadas e apuradas. Existe uma tendência no noticiário destes veículos, de um sentimento de não pertencimento, optando por notícias que mostram o mundo dos outros, e não do local. Também como uma forma de distanciamento das consequências problemáticas que tais informações possam acarretar e trazer às editorias jornalísticas, devido à proximidade, especialmente com os poderes constituídos, com o poder público e a sociedade dos grotões.

Entre as verificações observadas por esta análise das edições pesquisadas, os diários locais com veiculação regional carecem de investigação. A inexistência da reportagem nesses veículos contribui para a não materialização do Jornalismo Investigativo. Tal lacuna demonstra a falta de apuração e investigação na maior parte dos veículos de comunicação fora dos grandes centros urbanos. Há entraves financeiros, pouca vontade dos gestores e dos editores de, muitas vezes, se indispor com alguns agentes da comunidade a que servem. Assim, é mais cômodo noticiar o que agrada e escamotear fatos que possam comprometer os veículos. Não é contraditório ressaltar, porém, que quando o veículo investiga e apura fatos, a comunidade local ganha em resultados mais eloquentes pela proximidade dos benefícios. Uma bandeira que o jornalismo local poderia tomar para si e, desta forma, estaria alcançando maior credibilidade, além do aumento de adeptos, leitores, ouvintes, telespectadores.

Nesse aspecto comungamos com o que apresenta (PAULINO, 2010) ao discutir responsabilidade social da mídia. Ele destaca a “Teoria da Responsabilidade Social da Imprensa (TRSI)”, que assim como outros autores consideram “a TRSI como uma possível base para se fundamentar um sistema de jornalismo ético, à medida que estabelece como princípio central a ideia de que os comunicadores estão obrigados a serem responsáveis com seu público, prestando contas de suas atividades” (p. 38). Explica que “a formulação desta teoria teve como inspiração as atividades da *Comissão sobre Liberdade de Imprensa*, mais conhecida como Comissão Hutchins, constituída em 1942, a partir do financiamento de Henry Luce, um dos fundadores da revista *Time*”, que facultou uma pesquisa junto à Universidade de Chicago. Assim, destaca que:

Nesse sentido, a imprensa deve saber que os seus erros e as suas paixões deixaram de pertencer ao domínio privado para se tornarem perigos públicos, pois quando ela se equivoca, pode conduzir a opinião pública a erro. O documento apontava a duplicidade do serviço da imprensa, privada e livre (por isso humana e falível), mas sem ter, no entanto, a falibilidade como justificativa aos seus equívocos porque presta um serviço público. (PAULINO, 2010, p. 39)

Explica que o documento ressalta ainda que nos princípios da Teoria Libertária e segundo as bases da TRSI “a imprensa deve proporcionar relatos verdadeiro, completo e inteligente dos acontecimentos”. Está associada ainda “à doutrina de que o público tem o direito de saber, de conhecer as informações públicas, estimulando o acesso dos cidadãos e da imprensa aos documentos do governo” (PAULINO, 2010. p. 39).

Para o autor (2010, p. 39), a TRSI, inspirada no relatório da Comissão Hutchins, é muito atual, principalmente ao analisarmos a complexidade dos conglomerados de comunicação. No Brasil “os princípios da TRSI são pouco difundidos”. Somados a isso há pouco debate sobre a “concentração da propriedade de mídia no Brasil, existe uma lacuna histórica que se soma à ausência de órgão regulador para a área”.

3.1 Panoramas e outras realidades a serem aprofundadas

A partir do nosso estudo de 2000 constatamos que reportagens com mais fôlego, investigativas, faziam parte da edição somente dos jornais de circulação nacional, no caso do estudo em questão, os jornais Zero Hora (RS) e Folha de São Paulo (SP). Observou-se um maior número de reportagens e reportagens investigativas nesses veículos, especialmente quando trataram de temáticas como política, economia, além de casos com grandes repercussões sociais. Sobre Zero Hora foi analisada a série de reportagens que investigou o comércio da prostituição de índias nas terras indígenas do estado do Rio Grande do Sul. Foi no período de 5 a 10 de agosto de 2000, quando o jornal divulgou em três edições consecutivas, produzida pelo jornalista Carlos Wagner, com o título: “Índias prostituídas”, editadas em três partes, sendo: 1-dia 6/08/2000, 2-dia 7/08/2000, e 3- dia 8/08/2000.

Ao constatarmos a falta de jornalismo de investigação nos jornais de pequeno porte - e assim entendido como jornais fora das capitais e grandes centros urbanos - compreendeu-se que o referido fazer jornalístico é praticado apenas da chamada grande mídia, ou dos jornais de grande circulação. Desta forma, ao extrapolar os dados de uma realidade que é praticamente comum para a maioria dos veículos de comunicação, em diferentes locais do interior do Brasil, por possuírem cenários semelhantes, assim podemos aferir algumas semelhanças e proximidades, constatando dentre outras questões que:

- são veículos de comunicação que dificilmente se dispõem com agentes públicos, especialmente políticos locais;
- são veículos financiados, quando não mantidos na totalidade, por políticos ou empresários influentes;

- possuem escassez de recursos que não permite uma autonomia e independência editorial;
- tem uma dependência publicitária maior que a credibilidade noticiosa;
- tendem a uma precariedade profissional, na maioria das vezes o exercício do jornalismo é feito por profissionais não habilitados, com grande número de jornalistas práticos e com pouca escolaridade.

Frente a essa realidade reside ainda um componente tão ou mais saliente na equidade do jornalismo investigativo nos meios de comunicação do interior do Brasil que é a judicialização da mídia, cada vez maior, contribuindo para encolher freneticamente a pauta com temáticas polêmicas, críticas e que desvenda o *status quo* social e local.

Nesse contexto, observamos uma preocupação das empresas jornalísticas que vem desde o início deste século, entre as recomendações da Associação Mundial de Diários (AMD) feitas na “Conferência de Publicidade 2000”, quando demonstraram necessidade em adotar o jornalismo investigativo e o colocam como uma das alternativas para a sobrevivência dos jornais: “As empresas jornalísticas devem investir mais em jornalismo investigativo, oferecer aos anunciantes tabelas de preços inovadoras e criar alianças para propor ofertas publicitárias nacionais e regionais que possam competir mais eficazmente com os meios de teledifusão”. (Agência Estado, fevereiro 2000).

Cabe ressaltar, como registrado anteriormente, a pesquisa em questão teve por base amostras de reportagens e, portanto, procurou-se analisar alguns exemplos, centrando a análise mediante os conceitos aqui mostrados, que nos habilitam discernir entre as práticas investigativas de apuração e aquelas em que esses preceitos básicos não são observados e adotados no exercício do jornalismo.

3.2 As indenizações por danos

No estudo realizado em 2000 (SERPA, 2013), identificamos casos de jornais do interior do Brasil que sofrem processos. No caso analisado, por não atender a um dos princípios básico do jornalismo, que é o de ouvir o contraditório um jornal foi condenado a indenizar praticamente uma câmara de vereadores inteira. Trata-se do caso do “placar moral”, envolvendo o jornal Diário da Manhã e a Câmara de Vereadores, de Passo Fundo, RS. O caso observado em Passo Fundo em 1993, com desdobramentos que resultaram em 1994 num processo de reparação por danos morais, chegando a R\$ 410 mil e 400 reais, quando a sentença do Tribunal foi proferida em 1997, contra o jornal Diário da Manhã, com cerca de 90 anos de atividades.

Incomodados com a veiculação dos seus nomes na capa do jornal, dezenove dos vinte e um vereadores de Passo Fundo, que legislavam em 1993 exigiram desagravo e em 1994 num processo de reparação de danos morais, chegando a R\$ 410,4 mil, acionaram civil e criminalmente o jornal, por injúria, difamação e calúnia, por ter publicado durante 18 edições o “Placar Moral”. A sentença de primeiro grau condenou

o jornal a pagar cerca de 180 salários mínimos a cada um dos vereadores reclamantes, foram 18 no total. As informações estão contidas no processo nº 21194003402, da 5ª Vara Civil de Passo Fundo.

A grande maioria dos vereadores aprovou a gratificação natalina e recebeu. A polêmica foi gerada por que dois vereadores não concordaram com a autorização do recebimento do dinheiro, acreditando ser uma vantagem que deporia contra os demais trabalhadores, especialmente os do município, cuja renda média nem sempre alcança o valor do salário mínimo. A Câmara Municipal aprovou a resolução nº 15/93, no dia 22 de dezembro de 1993, a qual autorizava o pagamento de um terço das férias anuais aos 21 vereadores e do 13º salário a partir daquele mesmo ano.

A lei que ora vigorava em Passo Fundo, assemelhava-se a outras também aprovadas nas demais câmaras do país. Trava-se da regulamentação do que dizia a Constituição Federal sobre o 13º salário e o adicional de férias, no entender jurídico era um procedimento legal.

O jornal desconheceu tais informações e não explicou em nenhuma página, sobre do que se tratava a gratificação, também não ouviu os vereadores que aprovaram a lei. As páginas que versavam sobre o caso deixavam claro, a posição contrária do jornal ao ato e o espaço para manifestações era somente para os vereadores que discordavam da resolução, como ilustra a manchete do dia 28 de dezembro de 1993: “Gratificação natalina votada pela câmara é exemplo de imoralidade pública”. O resultado desta postura gerou remédio amargo ao jornal interiorano o que vem a provar que o contraditório em jornalismo é sempre uma baliza norteadora e quando não aplicável pode resultar em processos judiciais.

4.0 Os desafios à vista

A partir desta panorâmica conceitual, entendemos ser necessário reafirmar que, para muitos autores e jornalistas, o fazer investigativo deve ser o carro-chefe das redações e os jornalistas, por sua vez, precisam estar a serviço da cidadania. Consideram-se também que o jornalismo investigativo precisa alcançar melhores patamares e poderá vir a reputar sinônimo de prosperidade jornalística. Exemplos estão sendo experienciados nos últimos anos, com propostas de sucesso no campo do jornalismo investigativo – como aqui já citados. Há ainda outros que se envolvem na cobertura dos acontecimentos das suas comunidades, justamente daquelas que nem sempre são consideradas devido aos altos custos das edições. Uma realidade que apresentamos a partir dos dados do *Atlas da Notícia*, no Brasil. A referida pesquisa que mapeou a carência de jornalismo no interior do Brasil demonstra a necessidade que também aqui externamos nesta análise, e soma-se a dificuldade de informações credíveis às tomadas de decisões na vida em sociedade e nas possíveis escolhas das pessoas destes locais.

Na contramão da lógica comunicacional atual o *Texas Tribune* expõe-se como uma alternativa ao modelo de negócios em vias de falência, desde o início deste século,

especialmente no jornalismo impresso, como as pesquisas também tem demonstrado. A crise financeira das edições impressas atinge a atividade dos jornalistas no mundo inteiro. As redações dos jornais impressos estão cada vez mais enxutas. Muitas regiões e cidades já não contam com a circulação do jornal diário, ou semanário. A grande maioria migrou para online e outros desapareceram, aumentando as estatísticas da insuficiência e da carência de veículos de comunicação no interior do país.

Para alguns veículos a crise é apenas uma oportunidade. O *Texas Tribune* vislumbrou há nove anos uma oportunidade sustentável e próspera, como ele mesmo assim define. Desta forma, desenvolveu um site de conteúdo e informação, especialmente focado em políticas públicas, coberturas sobre o governo e a política da cidade e da região. Sem fins lucrativos, intitula-se uma mídia não partidária e com um novo jeito de fazer jornalismo. Ao navegar pelo site o leitor será convidado a apoiar o projeto do jornal e doar colaborativamente como forma de garantir a existência de um jornalismo a serviço do público: “*Did you know that The Texas Tribune is a nonprofit newsroom? Your donations help power our public service journalism. Become a member today*”. (<https://www.texastribune.org/>).

Em 2015, durante o 10º Congresso Internacional de Jornalismo Investigativo da Abraji, em São Paulo, o jornalista e cofundador do *Texas Tribune*, Evan Smith, explicou como a empresa deixou de gerar lucros e passou a gerar valores (<http://www.abraji.org.br>). Desta forma, o jornal que não depende somente dos recursos da publicidade para se manter, tem por base a doação dos seus leitores e apoiadores, o que o torna, segundo Evan Smith: “uma empresa jornalística mais imparcial, apartidária, crítica e independente”. O conteúdo online do jornal é também repassado a outros veículos do país e sem custos. O jornal procurou além da oferta de notícias, oferecer outras formas de obter lucros com a produção de conteúdo, como a promoção de eventos e a geração de dados conteudísticos que envolvem a comunidade onde está inserido.

Pelas abordagens de algumas palestras e mesas de debates que acontecem nos congressos da Abraji, nos últimos anos, é possível perceber que a tônica do debate sobre o futuro do jornalismo tem sido, além das experiências que demonstram na prática novas formas de viabilidade de negócios para as empresas jornalísticas, uma tendência a afirmação das atividades jornalísticas colaborativas. Projetos colaborativos que envolvem jornalistas como abordamos anteriormente tem sido uma tendência de fortalecimento não apenas do próprio fazer profissional, bem como, na tentativa de combater as notícias falsas e a desinformação da população.

Além disso, tem surgido organismos que congregam jornalistas e empresas de comunicação. Recentemente a Abraji e a Global Investigative Journalism Network (GIJN) lançaram a GIJN em Português. Trata-se “da primeira comunidade do mundo de jornalistas que trabalham em língua portuguesa” (<http://www.abraji.org.br>). A partir deste centro de apoio à prática do jornalismo de investigação nos países lusófonos quer-se “fomentar e difundir técnicas, tutoriais e o melhor da produção jornalística para que possam desenvolver investigações e trabalhos baseados em dados com mais

eficiência”. Entre os objetivos a Abraji destaca que a sua “missão será impulsionar a difusão de boas práticas, exemplos e técnicas de jornalismo investigativo para toda a comunidade lusófona, por meio de duas contas, no Twitter (@gijnportugues) e no Facebook (www.facebook.com/GIJN-em-portugues), que serão abastecidas diariamente”.

Ao exame desses conceitos pesquisados, em diferentes fontes, percebe-se que o jornalismo investigativo é uma categoria jornalística, com técnicas, suporte para validar informações e notícias que tenham qualidade, especialmente em grandes reportagens. Trata-se de uma baliza norteadora que diferencia as notícias bem apuradas e de qualidade oferecidas pelos veículos e contribui para melhorar a sociedade e a democracia.

Para cada desafio posto há que se encontrar possibilidades e alternativas que possam fazer frente aos cenários apresentados. Uma preocupação que tem sido colocada na ordem do dia pelos jornalistas investigativos, vai além das questões econômicas e sociais. Ela envolve a segurança dos profissionais e trata-se da integridade física dos jornalistas que desafiam o poder e “os poderosos”. Aqueles que escavam uma realidade de fatos que envolvem atos de corrupção, suborno, propina, mau uso do dinheiro público e tantas outras ilicitudes que banham a mídia de lama, todos os dias, especialmente no Brasil. Estes profissionais estão sob ameaça constantemente e há registros de mortos. São situações que tem preocupado organismos internacionais, como a ONU. Os dados intimidam os profissionais em seu exercício. Conforme relatório da RFS - Repórteres Sem Fronteiras - 580 jornalistas e profissionais de mídia foram mortos desde 2012. O que mais chama a atenção é que desses números, apenas 3% dos assassinatos foram devidamente apurados e os culpados punidos.

Temendo uma maior crescente destas estatísticas, a ONU (<http://www.abraji.org.br>), criou um canal direto e contínuo de comunicação através da Secretaria Geral da ONU, com 120 organizações, numa campanha que quer além da proteção e segurança dos jornalistas, quer a criação de um “assento” para o Representante Especial das Nações Unidas para Proteção dos Jornalistas, a fim de implementar e fazer cumprir efetivamente esse direito internacional. Trata-se da “nomeação de Representante Especial para a Segurança dos Jornalistas junto ao escritório do Secretário Geral das Nações Unidas”.

Frente a todas as questões levantadas é de fundamental relevância ainda refletir sobre os resultados da Edição 2018, do Ranking Mundial da Liberdade de Imprensa, produzido pela RSF, que evidencia em seu relatório “a expansão de um sentimento de ódio dirigido aos jornalistas”. Diz o relatório: “A hostilidade reivindicada contra os meios de comunicação, encorajada por políticos e pela vontade de regimes autoritários de exportar sua visão do jornalismo, ameaça as democracias” (<https://rsf.org/pt>).

Desta forma, há que se considerar que além dos problemas editoriais abordados estamos atravessando um tempo de descrédito institucional e o jornalismo e as empresas jornalísticas como tal enfrentam o declínio da credulidade do público de forma

severa. Tal desconfiança do público haverá que ser enfrentada na medida certa, sob forma do jornalismo contribuir para alargar espaços à desinformação e as chamadas *fake news*. Neste aspecto, as escolas de Jornalismo têm papel relevante aproximando ainda mais a realidade da profissão à academia. Assim também entendemos que os cursos de Graduação poderão contribuir com a formação de novos jornalistas que não apenas considerem habilidades profissionais e qualidade informativa, mas que levam em consideração processos e procedimentos de apuração e de investigação eficazes, além da criteriosa observação dos princípios éticos profissionais e humanos. O fortalecimento do jornalismo e da democracia carecem ainda de alternativas que considerem as necessidades de preencher os vazios jornalísticos existentes em várias regiões do Brasil, com a ausência de profissionais e de instituições jornalísticas, segundo aponta o *Atlas da Notícia*.

REFERÊNCIAS

ARNOLD e PERCIVAL WHITE (1965). **A Era da Automação**. (Tradução de Hersílio Soares). Rio de Janeiro: Editora Lidador Ltda.

AGÊNCIA ESTADO - **Associação incentiva o jornalismo investigativo**. São Paulo, 29 de fevereiro 2000. Disponível no site: <http://www.estado.com.br/edicao/pano/00/02/28/ger697.html>

_____. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,todos-os-regimes-democraticos-aprenderam-muito-com-watergate,887508,0.htm>.

ARGOLO, José Amaral. **Reflexões sobre o jornalismo investigativo**. Rio de Janeiro: Instituto Noos, 2004.

BARBOSA, Rui **A imprensa e o dever da verdade**. São Paulo: Edusp, 1990.

BELTRÃO, Luiz. **Jornalismo opinativo**. Porto Alegre: Sulina/ARI, 1980.

CAMARGO, Marculino. **Fundamentos de ética geral e profissional**. Petrópolis: Vozes, 1999.

CHRISTOFOLETTI, Rogério (Org.). **Vitrine e vidraça: crítica de mídia e qualidade no Jornalismo**. LabCom - Laboratório de Comunicação Online · UBI - Universidade da Beira Interior, Covilhã, Portugal, 2010 (E-book). Disponível em: <http://www.labcom-ifp.ubi.pt/livro/5>.

CANÁRIO, Pedro, De AZEVEDO SENNA Carlos. **Liberdade de Expressão: “Não importa existir liberdade de imprensa se a sociedade não confia nos jornais”**. (19 de agosto de 2018, 7h31). Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2018-ago-19/entrevista-david-mccraw-advogado-new-york-times?> Acesso em 21.08.18, às 19h.

DIMENSTEIN, Gilberto; KOTSCHO, Ricardo. **A aventura da reportagem**. São Paulo: Summus, 1990.
ELLIOTT, Deni. **Jornalismo versus privacidade**. Rio de Janeiro: Nordica, 1986.

FORTES, Leandro. **Jornalismo Investigativo**. São Paulo: Contexto, 2005.

KUNCZIK, Michael. **Conceitos de jornalismo: Norte Sul, Manual de Comunicação**. São Paulo: Comarte, Edusp, 1997.

KOTSCHO, Ricardo. **A prática da reportagem**. São Paulo: Ática, 1995.

LIMA Sobrinho, Barbosa. **O problema da imprensa**. São Paulo: EDUSP, 1998.

LINS DA SILVA, Carlos Eduardo. **O adiantado da hora: a influência sobre o jornalismo americano**. São Paulo: Summus, 1991.

LAGE, Nilson. **Estrutura da notícia**. São Paulo: Ática, 2006.

_____. **Linguagem jornalística**. São Paulo: Ática, 1998.

MALCOLM, Janet. **O jornalista e o assassino: uma questão de ética**. Companhia das Letras, 1993.

MELO, José Marques de; ASSIS, Francisco de. **Gêneros jornalísticos no Brasil**. São Bernardo do Campo, SP: Universidade Metodista de São Paulo, 2010.

NOVAES, Adauto. **Ética**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

PAULINO, Fernando de Oliveira. **Responsabilidade Social da Mídia: análise conceitual e perspectivas de aplicação no Brasil, em Portugal e na Espanha** (p. 35-51). In: *Vitrine e vitraço: Crítica de Mídia e Qualidade no Jornalismo* (E-book). Disponível em: <http://www.labcom-ifp.ubi.pt/livro/5>.

PIEDRAHITA, Manuel. **Jornalismo Moderno: História, perspectivas e tendências até o ano 2000**. Lisboa: Plátano, 1993.

RIBEIRO, Alex. **Caso Escola Base: os abusos da imprensa**. São Paulo: Ática, 1995.

RIBEIRO, Jorge Cláudio. **Sempre alerta: condições e contradições**. Olho d'água brasiliense, 1994.

ROSSI, Clóvis. **O que é jornalismo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.

SEQUEIRA, Cleofe Monteiro de. **Jornalismo investigativo: o fato por trás da notícia**. São Paulo: Summus, 2005.

SERPA, Leoní. **O desafio da Apuração e da Investigação Jornalística em tempos de Comunicação instantânea**. pág. 105-147. IN: GOTTILIEB, Liana (Org.). *Coleção Comunicação em Cena*. VI.2. São Paulo: Scortecci, 2013.

SOUSA, Jorge Pedro. **Uma história breve do jornalismo no Ocidente**. Centro de Investigação Media & Jornalismo. Livros LabCom. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação – BOCC (E-book). Disponível em: <http://www.bocc.uff.br/pag/sousa-jorge-pedro-uma-historia-breve-do-jornalismo-no-ocidente.pdf>.

TRAVANCAS, Isabel. **O mundo dos jornalistas**. São Paulo: Summus, 1993.

Entrevistas (realizadas no âmbito da pesquisa de 2000):

FIGUEIREDO, Lucas. Jornalista em São Paulo. **Entrevista pessoalmente**, em outubro de 2000.

MEIRELLES, Domingos. Jornalista no Rio de Janeiro. **Entrevista por telefone**, em 25 de outubro de 2000.

ROSSI, Clóvis. Jornalista em São Paulo. **Entrevista por e-mail**, em agosto de 2000.

WAGNER, Carlos. Jornalista no Rio Grande do Sul. **Entrevista por e-mail**, em 14 de setembro de 2000.

Sites:

ABRAJI - Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo. Disponível em: <http://www.abraji.org.br>. Acesso em: 21.08.18.

Atlas da Notícia. Mapeando o jornalismo local no Brasil. 2018. Disponível em: <https://www.atlas.jor.br/>. Acesso em 27.08.18.

_____. **Radiodifusão 2018.** Novo relatório do Atlas da Notícia aponta que 50 milhões de brasileiros vivem em deserto de rádio e TV locais. Por Volt Data Lab em 04/07/2018 na edição 99. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/atlas-da-noticia/50-milhoes-estao-em-deserto-de-radio-e-tv-locais-no-brasil/>. Acesso em 27.08.18.

Instituto Gutenberg - Boletim eletrônico nº 32 Série eletrônica, do Instituto Gutenberg, São Paulo: (Maio - Junho de 2000). Disponível no site: <http://www.igutenberg.org/32martins.html>).

ICIJ - International Consortium of Investigative Journalists. Disponível em: <https://www.icij.org/>; <https://www.icij.org/investigations/panama-papers/>; Acesso em 21.08.18.

Pública - Agência de Jornalismo Investigativo. Disponível em: <https://apublica.org/>;

Pública: Checagem Truco - projeto de fact-checking. Disponível em: <https://apublica.org/checagem/>. Acesso em 21.08.18.

Portal Abraji: 10º Congresso Internacional de Jornalismo Investigativo - realização da Abraji e da Universidade Anhembi Morumbi – (quinta-feira, 2 de julho de 2015) Texas Tribune mostra que é possível fazer bom jornalismo sem lucrar nada. Por Beatriz Quesada. Disponível em: <http://congresso2015.blogspot.com/2015/07/texas-tribune-mostra-que-e-possivel.html>

Portal Abraji: Abraji e GIJN lançam primeira comunidade global de jornalistas que falam português (13.08. 2018: 11:0) Disponível em: <http://www.abraji.org.br/noticias/abraji-e-gijn-lancam-primeira-comunidade-global-de-jornalistas-que-falam-portugues>

Repórteres sem Fronteiras - RSF. Disponível em: <https://rsf.org/pt>; <https://rsf.org/pt/o-ranking-mundial-da-liberdade-de-imprensa-2018-o-odio-ao-jornalismo-ameaca-democracias>. Acesso em 21.08.18.

The Texas Tribune, Austin, TX, EUA. Nonpartisan. Nonprofit. Support Us. Disponível em: <https://www.texastribune.org/>. Acesso em 27.08.18.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-027-8



9 788572 470278